



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de julho de 2022 - Ata n.º 74, antecipada para o dia 26 de julho de 2022.

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Delegado Jacovós** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **74.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 73, de 26 de julho de 2022.) Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.º Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudesse retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Pequeno Expediente, Deputado Marcio Pacheco.



PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Marcio Pacheco; Tadeu Veneri; e Galo.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, falo daqui. Quero cumprimentar V.Ex.^a e todos os demais Deputados. Iria pedir uma questão de ordem, mas entendo que o caso merece aí essa atenção do Pequeno Expediente, apenas para fazer um registro da consternação e do luto que tomou conta, especialmente da imprensa cascavelense de ontem para hoje, e não só da imprensa, mas de todos aqueles que eram os muitos ouvintes, inclusive eu, da nossa querida jornalista Valéria Bellafronte, que nos deixou no dia de ontem, depois de estar internada na UTI de Cascavel desde o dia 17, quando acabou se envolvendo em um acidente de trânsito na verdade, coitada, estava apenas na BR e acabou sendo acometida por um caminhão, que também tinha se envolvido com um acidente em um Pálio, enfim, um acidente muito grave, que a levou para a UTI e ontem veio a falecer. A Valéria tinha 41 anos de idade, uma jovem, mas muito querida realmente, quantas vezes fui entrevistado por ela e quanta tristeza sentimos ontem com essa notícia. Então, quero também, com a imprensa cascavelense, com os ouvintes da Valéria, com outros Deputados que também representam Cascavel, quero registrar aqui a minha mais profunda solidariedade à família, a todos os amigos, a todos que estão tristes com essa notícia. É isso, Sr. Presidente, que Deus abençoe a família e a receba em um bom lugar, considere todas as suas muitas boas ações. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Hoje, no período da manhã, recebi uma ligação do advogado das famílias lá de Guarapuava, daquela área que foi já da massa falida, da massa falida da Madeireira Curi, da Serraria Curi, que não tem nada a ver com o Alexandre aqui e nem com a sua família, mas já vim algumas vezes relatar aqui que eram grupos que estavam já, algumas pessoas lá, 70, 80 anos, houve uma



tentativa de retirá-los com grupos privados, coisa que o Secretário da Segurança Pública de pronto já fez com que fossem tomadas as providências. Falei à época, já há algum tempo com o Deputado Marcel, o Deputado Marcel também ligou para o Secretário da Segurança Pública. E, há uma semana, ou duas, Deputado Marcel, essas pessoas foram detidas pela Polícia, que fez uma incursão, fez uma vistoria nos carros que estavam lá e encontrou uma série de armas, uma quantidade grande de armas com esses que estão lá se dizendo segurança privada, alguns deles são ex-policiais do Norte do Paraná. No dia seguinte novamente isso aconteceu, mas agora, para a nossa surpresa, e essa informação queremos conversar com a Sudis para confirmar hoje, a informação que temos que parte dessas pessoas foram recebidas pela Sudis, Deputado Requião, e se identificaram como seguranças privados que têm um mandado de reintegração de posse e que pretendem fazer a reintegração de posse na área. Ora, reintegração de posse só pode ser feita pelo Estado. Quem do Estado? Polícia Militar. Fora disso é milícia. Fora disso é milícia privada que vai para tentar fazer com que as pessoas saiam, mesmo que tenha, o que não está esclarecido, Deputado Michele, mesmo que tenha reintegração de posse, não são milicianos que podem fazer isso. *Ah, mas estamos a pedido de fulano, ciclano, beltrano, que compraram a área!* Tem que fazer por meio do Estado. Essa área está em litígio, e é bom que se diga, o Desembargador Fernando Prazeres já esteve por duas vezes na área, a Comissão de Direitos Humanos já fez três Audiências Públicas na área, a área foi, depois da massa falida, foi vendida para uma imobiliária aqui de Curitiba, que de pronto recebeu autorização para tomar posse da área, posteriormente foi dito que havia famílias que já estavam lá há 30 anos, 40 anos, Sr. Presidente. Então, nos surpreende e preocupa que de repente alguém venha de Guarapuava para cá se dizendo representante de proprietários, seja recebido pela Sudis, dizendo-se, não sei se isso é verdade ou não, mas dizendo-se ex-policiais e que têm autorização para fazer a reintegração de posse. Tem de quem? Qual o Juiz, Desembargador, que autoriza, Deputado Nelson Justus, reintegração de posse feita por civis? Volto a dizer, isso é milícia. A região de Guarapuava, e esta fazenda, cerca de 5 mil alqueires de terra, está sendo objeto de disputa há



mais de 20 anos, mas não será, Deputado Homero, com milícia que isso acontecerá. Podemos ter todas as divergências legais, possíveis, de mérito, aquilo lá não foi, não é o MST que está lá, esses dias atrás me perguntaram se era o MST, não é, são famílias que estão lá, conheci muitas das famílias, algumas estão lá com seus antecedentes já há mais de 50, 60, 70 anos, outras entraram há pouco tempo, mas não dá para começarmos a achar que um grupo se organiza, leva caminhonete, leva carro, compra armas e diz que vai fazer por conta própria a reintegração de posse. Pior ainda, trouxeram quatro, cinco famílias da região de Pontal de São Paulo, que alguns conhecem aqui, a região de Pontal é uma região de conflito há muito tempo, e prometeram cinco alqueires a cada uma dessas famílias, segundo informações que tivemos. Desde que elas permanecessem lá e reivindicassem também donas da área. Isso, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, é extremamente preocupante. Por que é preocupante?... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Porque estamos vivendo um período em que as pessoas se armam com muita facilidade. Alguns aqui acompanharam, e falei agora há pouco com o Deputado Requião, Deputado Fruet falei até com seu advogado, dias atrás houve a prisão de um membro do PCC, com fuzil, com metralhadora, com uma série de armas. Por quê? Porque ele havia comprado legalmente todas essas armas sem que o Exército tivesse nenhum controle porque ele faz parte de um clube de atiradores e caçadores. Aí o que diz o Exército? *Ah, não havia nenhum problema, porque em segundo grau não tinha nenhuma condenação.* Já havia sendo condenado por homicídio. Já havia sido condenado por roubo. Tinha seis condenações e mesmo assim comprou as armas. Então, hoje está muito fácil para comprar, Sr. Presidente, e isso nos traz uma preocupação muito grande, porque fatos como esse, que estou relatando aqui, a depender do que se faça agora, poderão acontecer em uma escala muito grande, o que trará... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Horário do PT, Sr. Presidente. O que trará para nós todos uma consequência imprevisível, absolutamente imprevisível. Sabemos qual é a posição do Governo Federal, sabemos que hoje há um grupo, cerca de 636 mil, Deputado, 636 mil pessoas, Deputado Romanelli, que estão nos clubes legais de caçadores, atiradores e colecionadores. Estão montando grupos de candidatos, absolutamente legítimo, para concorrerem para terem uma grande bancada no Congresso Nacional, Senado e Câmara Federal e também nas Assembleias Legislativas. Não há nada de ilegítimo nisso. O que há é quando pessoas, a partir dessa situação, e não estou dizendo aqui que todos fazem isso, mas a partir dessa situação comecem arvorar no direito ou achar que têm direito de fazer por conta própria aquilo que é papel do Estado, que é, justamente, a segurança pública. Então, fica o registo aqui, Sr. Presidente. Vamos entrar em contato com o Sudis. Vamos entrar em contato com aqueles que são responsáveis pela Sudis e, obviamente, deveremos ter uma resposta para saber o porquê da Sudis receber pessoas que se dizem representantes e que vão lá, mesmo assim, mesmo não tendo mandado, dizem que farão por conta própria reintegração de posse. Quero encerrar dizendo aquilo que iniciei aqui, quem faz isso é miliciano e miliciano merece cadeia. Não dá para negociar, para conversar, para receber pessoas que preferem, em vez de recorrerem àquilo que é legal, ainda que não lhes agrade, fazer por conta própria aquilo que é ilegal, ilegítimo e criminoso. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Declina, Sr. Presidente.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora, Deputadas, Deputados. No último final de semana, Londrina parou para ver o Progressistas



fazer a sua convenção. Dirijo-me, neste momento aqui na tribuna, prazerosamente, para fazer o registro de um acontecimento político, muito marcante, um dos mais fortes do Brasil e muito bem organizado pela nossa Líder, nossa querida Deputada Maria Victória. Foi, sinceramente, uma das melhores organizações que tivemos em termos de convenção, onde nós, a Maria Victória colocou a chapa de Deputados Estaduais, o número que a lei exige de Deputados Federais e também do nosso candidato ao Senado. O Progressistas tem um candidato ao Senado, que é o colega Deputado Estadual Guto Silva. E isso foi dito também pelo grande Líder Ricardo Barros. Tivemos a participação da nossa sempre Governadora Cida Borghetti, e a Maria Victória, mais uma vez, demonstra a sua capacidade. E por meio da nossa Deputada Maria Victória é que saúdo a todas as mulheres que estão na política. E que venham mais mulheres para fazer fila também como as nossas Deputadas que temos aqui na Casa. Temos o exemplo de que a mulher sabe fazer, sabe comandar. É lamentável que você olhe uma Assembleia Legislativa e vemos aí a grande maioria esmagadora dos homens, que acham que sabem alguma coisa. Sabe nada, inocente. Quem sabe, realmente, como comandar, como fazer é a mulher. E o exemplo disso foi dado na convenção do Progressistas, no último final de semana em Londrina, onde tivemos com o Prefeito de Londrina, a participação do então, à época, Deputado Antonio Belinati, e mostrou que o Progressistas é, sem sombra de dúvida, dentro do Paraná, o Partido mais forte que vai disputar as eleições. Não resta dúvida. Porque é o partido que tem palavra, é o partido que tem a sua retidão de cumprir exatamente aquilo que é necessário para a população paranaense. Então, minha querida Deputada Maria Victória, receba aqui os meus cumprimentos do Galo, não sou mais um estranho ao ninho. Fiquei muito tempo ao Podemos aqui nesta Casa e o Podemos que acabou desprezando o Deputado Galo, não deu atenção ao Deputado Galo, quando estava no Podemos, e, com pouco tempo de nova casa, o Progressistas, sempre fui muito bem tratado. Então, senhoras e senhores, quero, para finalizar aqui, dizer que a convenção do Progressistas marcou época dentro da linha política do Estado do Paraná ao



fazer a sua convenção em Londrina. Estamos preparados. Podem vir às urnas, o Progressistas vai fazer a sua parte. Muito grato, Presidente Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não há mais oradores inscritos. Vamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (51 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Elio Rusch (UNIÃO), conforme art. 97 § 4º do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Dr. Batista (UNIÃO), e Jonas Guimarães (PSD) (2 Parlamentares).]

Passamos aos Itens da pauta.



ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 423/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Entre Rios Noroeste. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Turismo. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^º Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Mauro Moraes e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral.

Senhores Deputados, agora vamos submeter ao voto os Itens 2 e 4 a 12, por serem matérias correlatas.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 499/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o Título de Utilidade Pública ao instituto João



Márcio Emiliano – Instituto Esquerdinha, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 254/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Professores do Colégio Passos Firmes – APPF, com sede no município de Matelândia. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 273/2022, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Faxilanense de Futebol Veterano, com sede no município de Faxinal. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 283/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Espírita Beneficente União do Vegetal Núcleo Coroa Divina, com sede no município de Almirante Tamandaré. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 296/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Palmas, com sede no município de Palmas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 301/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Protetora dos Animais de Ribeirão Claro – É o Bicho, com sede no município de Ribeirão Claro. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 302/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Catadores de Recicláveis de São Sebastião da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira. Parecer favorável da CCJ.



ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 303/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Assaí, com sede no município de Assaí. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 315/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa de Saúde e Maternidade Ugo Roberto Accorsi, com sede no município de Loanda. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 316/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Além da Visão, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Itens 2 e 4 a 12. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio



*Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus e Ricardo Arruda (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 89/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 12/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico; da Lei n.^º 19.478, de 2 de abril de 2018, que institui Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porto do Paraná – FAG/PR; da Lei n.^º 19.479, de 30 de abril de 2018, que institui o Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná – FCR/PR; da Lei n.^º 19.480, de 2 de maio de 2018, que instituiu o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FIME/PR e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Goura, Tadeu Veneri, Requião Filho, e Professor Lemos.) **O Item 3 o Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 13 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 328/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 57/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 16.575, de 29 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se preservação da Ordem Pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na Legislação Federal e Estadual e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1**, dos Deputados Marcel Micheletto, Paulo Litro, Tiago Amaral, Coronel Lee, Nelson Justus, Elio Rusch, e Delegado Jacovós.) **Da mesma forma o Item 13. Recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 360/2021, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz



Claudio Romanelli, Cantora Mara Lima, Galo e Maria Victória, que dispõe sobre o atendimento à mulher com deficiência auditiva vítima de violência doméstica e familiar. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Plauto Miró e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 360/2021.**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 424/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Rio Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e



Proteção aos Animais e Comissão de Turismo. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto, em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nelson Justus, Plauto Miró, Requião Filho e Ricardo Arruda (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 424/2021.

ITEM 16 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 746/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 239/2021, que cria o quadro de oficiais de adiministração (QOA) na polícia militar e adota providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.



DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, lembrando que estamos em 1.^a votação, então é possível apresentar emenda ainda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sim.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Então vou votar “sim” nesse Projeto, depois vamos pensar nas emendas. Obrigado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, até fazer um esclarecimento. Já conversas bastante adiantadas com colegas Deputados das alterações que precisam ser feitas, algumas correções que precisam ser feitas, alguns esclarecimentos no próprio Projeto. Acordamos com os Deputados que faremos isso tudo em segunda discussão, aqui, em Plenário. Então as emendas acontecerão tão logo esse Projeto volte à segunda aqui. A todos os Parlamentares que tiverem interesse, por favor nos procurem para que possamos fazer isso de forma conjunta.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nelson Justus, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho e Ricardo Arruda (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 746/2021.**



(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação do Requerimento.)

REQUERIMENTO.

Requerimento n.º 2527/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em 2.ª Discussão na Sessão Ordinária antecipada do dia 27 de julho. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1.º de agosto de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 351/2019, 656/2020 e 504/2021; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 423/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 263/2021, 360/2021, 424/2021 e 746/2021; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 478/2021, 748/2021 e 35/2022 e do Projeto de Resolução n.º 5/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h09, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)